



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 001/2011, e Tabelião (el)  
de Notas e Mun. de Ribeira  
☒ Iracy Duarte de Camargo  
☒ Art de Almeida Camargo

**Artigo 21** - O Servidor Público Efetivo, ocupante de emprego de Médico, quando no exercício de PLANTÃO, nas Unidades de Saúde do Município, receberá o equivalente a uma (01) hora do salário auferido nesse emprego, por hora de plantão trabalhado.

**Artigo 22**- O Servidor Público Contratado por tempo determinado, no emprego de Médico, receberá o equivalente a uma (01) hora do salário auferido no seu contrato, por hora de plantão trabalhado.

**Artigo 23**- O Plantão Médico será tido como FUNÇÃO DE CONFIANÇA e, não incorpora no salário do empregado público, sob nenhuma hipótese.

## CAPÍTULO VI Do Enquadramento

**Artigo 24**- Todos os empregados serão enquadrados no quadro de pessoal, através portaria, observando-se o seguinte:-

I- os ocupantes de empregos efetivos, anteriores a presente LEI, independente de quaisquer outras providências, consideram-se investidos no exercício do emprego correspondente, e, se necessário, lavrar-se-á as respectivas anotações nos prontuários e documentos contratuais, inclusive na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II- os empregados, considerados estáveis em seus empregos, nos termos do Artigo 30, da Lei nº 267/2001, de 27/04/2001, terão anotados em seus prontuários e Carteira de Trabalho e Previdência Social, tal situação funcional;

III- todos os empregados serão enquadrados no grau inicial de seu emprego, quando de sua investidura;

IV- todos os empregados municipais, conforme ordem de convocação do Departamento de Recursos Humanos, deverão apresentar sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, no D.R.H., no prazo estipulado, sob pena de desobediência;

V- nenhum empregado municipal poderá tomar posse de seu emprego sem que tenha sido admitido por Portaria do Sr. Prefeito Municipal, contendo obrigatoriamente: qualificação do empregado com R.G. e C.P.F., denominação do cargo, referência e salário, se efetivo ou contratado e duração do contrato;

VI- o empregado deverá tomar posse no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, da data da portaria, servindo como Termo de Posse a data de admissão constante da Carteira de Trabalho e Previdência Social.